



## AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 01/2024

Em atendimento ao § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, torna-se público que a Câmara Municipal de Seringueiras-RO, por meio da **Comissão Permanente de Contratação**, realizará **Dispensa de licitação**, com **critério de julgamento de menor preço global**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

Prazo para envio antecipado obrigatório da proposta/documentação: Até às 12:00 do dia 25/04/2024, horário de Brasília-DF.

Constituem parte integrante deste Aviso de Dispensa de Licitação, os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta de Preços.
- c) ANEXO III – Minuta do contrato

### 1. OBJETO DA DISPENSA

**1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma e adequação do telhado do Plenário José Carreiro de Melo**, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Aviso de Dispensa e seus anexos.

O valor total da contratação será definido concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, **considerando-se os valores finais (propostas) como cotação para fins de pesquisa de preço**, condicionada a existência de disponibilidade orçamentária.

**1.2. Os participantes desta Dispensa deverão elaborar suas propostas com base nas Especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Aviso de Dispensa.**

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

**2.1.** A participação se dará mediante Sistema de Dispensa normal, sendo que o recebimento das propostas será até as 12:00 do dia 25/04/2024 horário de Brasília-DF pelo email: [cplcamaramunicipal.srg@gmail.com](mailto:cplcamaramunicipal.srg@gmail.com) da Comissão Permanente de Contratação da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.

**2.2. Não poderão participar desta dispensa os participantes:**

- 2.2.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3.** que se enquadrem nas seguintes vedações:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

- a. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;
- f. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**f.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**f.2.** aplica-se o disposto na alínea “c” também ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.

**2.2.4.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão 746/2014 – TCU-Plenário);

**2.2.5.** Sociedades cooperativas;

**2.2.6.** Pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o OBJETO da contratação ou aquisição.

**2.2.7.** Que possuem como sócios: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

**2.3.** A depender dos valores de mercado apresentados para os itens OBJETO deste Aviso de Dispensa, haverá destinação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se presentes os requisitos previstos na Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015.

**2.4.** Nenhuma indenização será devida aos participantes por apresentarem documentação e/ou proposta relativa a este Aviso de Dispensa Eletrônica.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1.** O ingresso do participante na disputa da dispensa se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2.** O participante interessado, após a divulgação do aviso de Dispensa, encaminhará, exclusivamente por meio eletrônico através do email: [cplcamaramunicipal.srg@gmail.com](mailto:cplcamaramunicipal.srg@gmail.com), a proposta com a descrição do OBJETO ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.3.** A contratação/aquisição será por item (item único), conforme Termo de Referência, Anexo I deste Aviso de Dispensa.

**3.4.** Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao participante a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o participante enviar proposta para todos os itens que o compõem.

**3.5.** Todas as especificações do OBJETO contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.6.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais.

**3.6.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Dispensa e seus Anexos, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o Objeto listado no Termo de Referência, bem como de fornecê-lo, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8.** Uma vez enviada a proposta no e-mail, os participantes NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**3.9.** No cadastramento da proposta inicial, para fins de habilitação da empresa, o participante deverá, também, apresentar às seguintes declarações:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

**3.9.1.** Se inexistem ou não fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.9.2.** Se cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

**3.9.3.** Se está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa e seus anexos;

**3.9.4.** Se assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.9.5.** Se cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei 8.213/1991.

**3.9.6.** Se emprega ou não menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**4.1.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa e seus Anexos quanto às especificações do OBJETO.

**4.1.2** Será classificado provisoriamente em primeiro lugar, o Participante que ofertar o menor valor UNITÁRIO do ITEM.

**4.2.** Encerrada a fase de recebimento de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do OBJETO e à compatibilidade do preço em relação aos valores de mercado.

**4.3.** No caso do preço da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar estar acima dos valores de mercado, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**4.3.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao participante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível aos valores de mercado.

**4.3.2.** A negociação poderá ser feita com os demais participantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima dos valores de mercado.

**4.3.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de encerramento do recebimento de propostas.

6. Será desclassificada a proposta que:

**6.1. Não utilizar o “Modelo de Apresentação de Proposta de Preços” constante no Anexo II deste Aviso de Dispensa;**

**6.1.1.** Outras informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser enviadas em conjunto com o referido modelo.

**6.2.** Contiver vícios insanáveis;

**6.3.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**6.4.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo previamente estipulado para a contratação, caso seja definido;

**6.5.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

7. Quando o participante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o OBJETO, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**7.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio participante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.2.** Apresentar, quando for o caso, um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9. Erros no preenchimento da planilha, quando for o caso, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo participante, desde que não haja majoração do preço.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.2. Considera-se, também, erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do OBJETO, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no OBJETO.

11. Se a proposta do Participante classificado provisoriamente em primeiro lugar for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa.

## 5. HABILITAÇÃO

**5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar**, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU  
(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**5.1.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**5.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Participante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**5.1.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**5.1.4.** O participante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**5.1.5.** Constatada a existência de sanção, o participante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos participantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido nos níveis II, III e IV.

**6.1.** É dever do participante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

**6.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do participante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**7. O Participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar** deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação referente à **qualificação técnica**:

a) **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica** no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), nas atividades compatíveis com a manutenção de elevadores, dentro do prazo de validade, em nome da empresa Participante;

b) **Atestado de Capacidade Técnica** em nome da empresa Participante, emitido por pessoa física, pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** do Profissional Responsável Técnico, comprovando a capacidade da empresa e do Responsável Técnico em executar serviços de execução de estrutura metálica para telhado e/ou reforma e adequação de telhado com estrutura metálica com características similares ou superiores ao objeto desta Dispensa.

8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa e já apresentados, o participante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, **no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado da solicitação realizada pela Comissão Permanente de Contratação**, sob pena de inabilitação.

9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10. O participante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006, estará dispensado da **(a)** prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da **(b)** apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11. O participante classificado provisoriamente em primeiro lugar em um item, que estiver concorrendo em outro item quando houver, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**11.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do participante nos remanescentes.



12. Será inabilitado o participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa.

**12.1.** Na hipótese de o participante não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do OBJETO e as condições de habilitação.

13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o participante será habilitado.

## **6. CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**6.1.1.** A adjudicação e homologação do resultado desta Dispensa de Licitação não implicarão direito à contratação.

**6.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa.

**6.3.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**6.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**6.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 14.133/2021;

**6.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa e seus anexos;

**6.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/2021.

**6.4.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, bem como as constantes no Art. 62 da Lei 14.133/2021, que deverão ser mantidas pelo participante durante a vigência do contrato.





## 7. SANÇÕES

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o participante que, com dolo ou culpa:

- 7.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente público durante o certame;
- 7.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;
- 7.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação;
- 7.1.5. Fraudar a dispensa de licitação;
- 7.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação; e
- 7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**7.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes da dispensa e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 7.2.1. Advertência;
- 7.2.2. Multa;
- 7.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**7.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e
- 7.3.6. Critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos no artigo 156, § 1º da Lei 14.133 de 2021.

**7.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 15 % do valor do contrato.
- 7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato.

**7.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

**7.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**7.7.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**7.8.** A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21.

**7.9.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**7.10.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**7.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**7.12.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**7.13.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** A personalidade jurídica da participante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta dispensa de licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a participante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.



## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.1.** O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – AROM, Site oficial da Câmara Municipal de Seringueiras-RO e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**8.2.** No caso de todos os participantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**8.2.1.** Republicar o presente Aviso com uma nova data;

**8.2.2.** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**8.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**8.2.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**8.3.** As providências dos **subitens 8.2.1 e 8.2.2**, poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer participantes interessados (procedimento deserto).

**8.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos participantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**8.5.** Caberá ao participante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF

**8.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**8.9.** Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

**8.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.**

**8.11.** O participante terá a possibilidade de enviar, por solicitação da Administração, documento ausente comprobatório de condição atendida pelo participante, quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, conforme entendimento inserto no Acórdão TCU nº 1211/2021 – Plenário.

**8.12.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**8.13.** Dúvidas sobre esta Dispensa de licitação poderão ser encaminhadas para o endereço eletrônico [cplcamaramunicipal.srg@gmail.com](mailto:cplcamaramunicipal.srg@gmail.com).

**8.14.** Em caso de dúvidas ou omissões serão aplicado o que estiver disposto na Lei 14.133/2021 e decidido pela comissão permanente de contratação.

**8.15.** Integram este Aviso de Dispensa, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**8.15.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**8.15.2.** ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta de Preços.

**8.15.3.** ANEXO III – Minuta do contrato

Seringueiras-RO, 19 de abril de 2024.

**KATIELI BULK MOREIRA**

Presidente da Comissão Permanente de contratação/CMS  
Portaria n. 08/2024

**KAMILLA GONÇALVES CAMPOS**

Secretária da Comissão Permanente de contratação/CMS  
Portaria n. 08/2024

**JOSÉ BASÍLIO**

Membro da Comissão Permanente de contratação/CMS  
Portaria n. 08/2024



**ANEXO I – Termo de Referência**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Referência: Processo n.44/2024**

**1. DAS DEFINIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/2021).**

Constitui o objeto do Termo de Referência em despesas com contratação de uma empresa autorizada de engenharia especializada para prestar serviços de reforma e adequações do telhado do Plenário Jose Carreiro de Melo da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, para o bom funcionamento das instalações, assim proporcionar segurança dos servidores e munícipes, como também contribuindo para a preservação do patrimônio público, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, conforme especificações e quantidades descritos na tabela abaixo e planilhas anexadas a este Termo de Referência:

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME INTEGRAL, (MATERIAL E MÃO DE OBRA) DESTINADOS AOS SERVIÇOS DA OBRA DE REFORMA DO TELhado DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, CONFORME PLANILHA ANEXA AO TERMO DE REFERENCIA.	01	CONJUNTO	

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obra comum conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de execução do contrato é de IMEDIATO, contados da data de emissão da ordem de serviço e o prazo de vigência da contratação contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Câmara municipal de Seringueiras-RO, vem requerer no seguinte processo, a contratação de uma empresa especializada em projetos de engenharia, assim estar efetuando a reforma e adequação do telhado do Plenário Jose Carreiro de Melo. Justificamos que esta contratação é extremamente de necessidade e urgência devido à cobertura estar danificada e ocorrendo muita infiltração interna, além do mais o grande volume de água que está adentrando o prédio está causando danos à estrutura. Lembrando que há um processo nº 22, sobre a troca do forro de PVC por Gesso, assim enfatiza ainda mais essa reforma do telhado, tendo essa necessidade de toda a troca dele, desde as telhas ao emadeiramento. Há de se ressaltar que a cobertura existente é feita por telhas de fibrocimento e estão no local desde a construção do prédio, portanto já se encontram deterioradas naturalmente pelo tempo, a



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

necessidade de substituição é indiscutível. Assim, visando à preservação do patrimônio público, após vistoria das condições atuais, concluímos que existe a necessidade de que se proceda com a substituição completa do telhado. Ainda, a opção pela utilização de cobertura feita por telhas de metal galvanizadas, se fez pelo custo benefício que é muito melhor que a telhas de fibrocimento, posto que o valor além de não for muito maior, a durabilidade e facilidade de manutenção é consideravelmente mais atrativa, compensando a diferença de valor entre os materiais a serem empregados.

O presente procedimento pauta-se pelas recomendações contidas no com fundamento no art.75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

“I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores”.

### 3. DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

A Câmara Municipal de Seringueiras-RO, vem abrir o presente processo de “**dispensa de licitação**” para contratação de empresa especializada e autorizada para realização da reforma e adequação do telhado do Plenário Jose Carreiro de Melo. Sendo assim feita a troca das telhas pra benfeitoria do ambiente e segurança do mesmo. Os insumos usados deverão ser de boa qualidade e os serviços deverão ser realizados por profissionais devidamente capacitados, sendo que os mesmos deverão obrigatoriamente utilizar equipamentos de proteção individual conforme determinação das normas, salientando que por se tratar de telhado os serviços acontecerão em local alto, portanto o contratado deverá se ativer às questões de segurança neste caso em tela.

### 4. DA COMPROVAÇÃO DO PREÇO PRATICADO

Estabelece o artigo 23, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21) que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

### 5. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

É condição para habilitação e pagamento a apresentação de prova de regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Estaduais; Débito Municipal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas –CNDT, Certidão de falência e concordata.

Alem das certidões é condição para habilitação atender os requisitos do art. 62 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, através da emissão de nota fiscal e atesto de recebimento da mesma. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo informado no Ato de Ratificação da Dispensa.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

A empresa deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência. A Nota Fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo, Nº da Dispensa de Licitação, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Contratante, devidamente assinado por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da contratação da empresa correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, conforme descrições abaixo:

**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**

**MANUTENÇÕES DAS ATIVIDADES DA CÂMARA**

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 01.031.0001.22.001**

**PROJETO DE ATIVIDADE: 2001**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00**

**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**

**MATERIAL DE CONSUMO 3.3.90.30.00**

## **7. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O serviço será fiscalizado por um responsável técnico na área, com autoridade para exercer em nome da Câmara municipal. A fiscalização poderá determinar, a ônus da contratante a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não conformes com a especificação definidas no projeto, cabendo a contratada providenciar a troca do mesmo no prazo Máximo definido pela fiscalização.

Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, durante a vigência do contrato, bem como pelo prazo de garantia do objeto, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus servidores conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A entrega do serviço deverá ser realizada com urgência, após a emissão da ordem de compra do contratante.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021 são obrigações da contratada:

- Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- Arcar com todas as despesas, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais,



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

que correrão por conta exclusivas do Contratado;

- A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou fornecimento dos materiais.
- O preço ajustado inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme legislação em vigor;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se por danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com a Câmara Municipal de Seringueiras-RO, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

Cuidar para que os seus empregados designados para a execução dos serviços objetos deste Termo de Referência zelem pelo patrimônio público;

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Além das obrigações resultantes da observância da Lei n. 14.133/2021 são obrigações da contratante:

- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste termo de referência.
- Notificar a contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- Acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços.
- Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços prestados pela Contratada mediante a apresentação da nota fiscal.

#### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Qualquer alteração no presente termo de referência, que se fizerem necessária, deverá ser feita através de uma justificativa na Câmara Municipal Seringueiras/RO.

Seringueiras-RO, 24 de março de 2024.

Elaborado Por:

**VALÉRIA DA SILVA DUTRA**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

Assessora legislativa/CMS  
Portaria nº 13/2024

**MARCIA FERNANDES MARQUES DE AZEVEDO**  
Chefe de Gabinete/CMS  
Portaria 03/2023

Visto/Autorizado Por:

**MÁRIO CANCIAN**  
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO  
Biênio 2023/2024

ANEXO DO TERMO DE REFERENCIA

**MATERIAIS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN. MEDIDA	QUANTIDADE
01	Telha Termo Acústica confort. PIR 20mm GAL/F. alum. Branco 038/f m <sup>2</sup>	METRO LINEAR	155
02	Perfil SIM 75x40 2,00 mm (chapa 14) m <sup>2</sup>	METRO LINEAR	15
03	Perfil 68x30 2,00 mm (chapa 14)	METRO LINEAR	20
04	Terça U 74x40x15 2,00 mm (chapa)	METRO LINEAR	25
05	Tinta Esmalte sintético metalizado 3600 l cinza claro	UN.	7
06	Calha Galvanizada (20 metros lineares com 28 cm de fundo (chapa 16)	METRO LINEAR	20
07	Calha Galvanizada (chapa 0,43mm rufo)	METRO LINEAR	95
08	Tijolo 14x24 cm	UN.	1.800
09	Cimento 50 KG CP	UN.	28
10	Coluna pronta 3/8 06 metros	METRO LINEAR	4
11	Areia media (M <sup>3</sup> )	M <sup>3</sup>	6
12	Tabua cedro Mara (para caixaria	UN.	25



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

	metros lineares)		
13	Tubo (esgoto 100 mm)	UN.	4

**MÃO DE OBRA**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	MÃO DE OBRA (execução da estrutura metálica)	SERV	155
02	MÃO DE OBRA (instalação rufo)	SERV	95
03	MÃO DE OBRA (entijolamento e reboco e forro PVC)	SERV	64
04	MÃO DE OBRA (remoção do telhado e forro PVC)	SERV	155



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

**ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta de Preços**

**1. RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:**

**2. CNPJ Nº:**

**2. ENDEREÇO:**

**4. TELEFONE:**

**5. E-MAIL:**

Apresentamos nossa proposta de preços para a **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma e adequação do telhado do Plenário José Carreiro de Melo**, acatando todas as estipulações consignadas no **AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 01/2024** e seus anexos, conforme descrição abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME INTEGRAL, (MATERIAL E MÃO DE OBRA) DESTINADOS AOS SERVIÇOS DA OBRA DE REFORMA DO TELhado DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, CONFORME PLANILHA ANEXA AO TERMO DE REFERENCIA.	01	CONJUNTO	

**LISTA DE MATERIAIS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN. MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA
01	Telha termo acústica confort. PIR 20mm GAL/F. alum. Branco 038/f m <sup>2</sup>	METROS LINEAR	155	
02	Perfil SIM 075X40 2,00 mm (chapa 14) m <sup>2</sup>	METROS LINEAR	15	
03	Perfil SIM 068X30 2,00 mm (chapa 14)	METROS LINEAR	20	
04	Terça U 75X40X15 2,00	METROS	25	



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

	mm (chapa 14)	LINEAR		
05	Tinta esmalte sintético metalizado 3.600 l cor cinza claro	UN	07	
06	Calha galvanizada 20 metros linear com 28 cm de fundo (chapa 16)	METROS LINEAR	20	
07	Rufo (chapa galvenizada 0,43 mm	METROS LINEAR	95	
08	Tijolo 14X24 cm	UN	1.800	
09	Cimento 50 kg cp II	UN	28	
10	Coluna de ferro pronta 8 mm (5/16) 7X20 (06 metros)	METROS LINEAR	04	
11	Areia média (m <sup>3</sup> )	M <sup>3</sup>	06	
12	TABUA CEDRO MARA (METROS LINEAR)	UN	25	
13	TUBO ESGOTO 100 MM	UN	04	
14	JOELHO ESGOTO 100 MM	UN	12	

**LISTA DE SERVIÇOS SERVIÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE M <sup>2</sup>
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METALICA	155
02	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE INTALAÇÃO DE RUFO	95
03	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ENTIJOLAMENTO E REBOCO DO PRATIBANDA	64
04	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE REMOÇÃO DO TELHADO E FORRO PVC DO PLENÁRIO	155

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias. Mínimo 60 (sessenta) dias.

**PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias úteis. Máximo 30 (trinta) dias úteis, contado a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.

**PRAZO DE GARANTIA/VALIDADE DOS SERVIÇOS:** \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

Declaramos que temos pleno conhecimento e concordamos com todos os termos estipulados neste Aviso de Dispensa e seus anexos, bem como que no valor total estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, custos relacionados com salários, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão do contrato a ser assinado/nota de empenho, além dos materiais consumíveis e a depreciação dos equipamentos e bens duráveis, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços.

Declaramos, também, que temos pleno conhecimento das condições e dificuldades para a realização dos serviços, não cabendo, posteriormente, em hipótese alguma, qualquer alegação de desconhecimento ou solicitação de acréscimo no preço por falta de informação.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que:

- a) Não existem causas ensejadoras de fatos supervenientes impeditivos da habilitação e posterior contratação, bem como que não estamos impedidos de participar de contratações promovidas por órgão ou entidade pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Para fins do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos;

Ressalva: ( ) emprego menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Em caso afirmativo, assinalar a ressalva;

- c) Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregado(s) executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Estamos cientes do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendemos às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- e) Não possuímos como sócios: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024

Assinatura do Representante:

Nome:

RG:

CPF:

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

ANEXO III  
MINUTA CONTRATO Nº /2024

**CONTRATO REFORMA DO TELHADO DO  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL  
QUE ENTRE SI FIRMAM DE UM LADO A  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SERINGUEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA  
E DE OUTRO LADO A.....,  
CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 84.580.224/0001-00, com sede a Avenida Capitão Sílvio, s/n, Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Presidente Sr. MARIO CANCIAN, brasileiro, casado, funcionário público, portador da Carteira de Identidade nº 000554518 SSP/RO e inscrita no CPF sob nº 584.484.622-20, residente e domiciliada na Av. Capitão Sílvio n. 777, Município de Seringueiras/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,, e, de outro lado, EMPRESA \*\*\*\*\* , pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF n. \*\*\*\*\* , com endereço na \*\*\*\*\* , bairro \*\*\*\*\* , Município de \*\*\*\*\* , representada denominada simplesmente de CONTRATADA, com fundamento 14.133/2021, conforme as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E NATUREZA DO CONTRATO:** contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obras e materiais para reforma e adequação do telhado do plenário José Carreiro de melo, todos em conformidade com os detalhamentos contidos no Termo de Referência e Proposta de Preços inseridos no Processo Licitatório na Modalidade Dispensa de Licitação, conforme o Processo n. 44/2024.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:** A vigência do presente contrato fica condicionada a execução da obra, em virtude a necessidade de acompanhamento da mesma.

**CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:** A CONTRATANTE deverá pagar a CONTRATADA após a efetiva entrega da obra devidamente recebida e certificada pelo fiscal de contrato constantes no termo de referência.

Item	Especificação do Serviço	Unid.	Quant	Valor UNITARIO	Valor Total
------	--------------------------	-------	-------	----------------	-------------



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME INTEGRAL, (MATERIAL E MÃO DE OBRA) DESTINADOS AOS SERVIÇOS DA OBRA DE REFORMA DO TÊLHADO DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, CONFORME PLANILHA ANEXA AO TERMO DE REFERENCIA.	Serv.	01	CONJUNTO	
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$	

**CLÁUSULA QUARTA** – O preço inicial deste contrato é irrevogável durante todo período contratual.

**CLÁUSULA QUINTA** – INADIMPLÊNCIA: Em caso de inadimplência nos pagamentos dos serviços superior a 30 (trinta) dias poderá ocorrer a aplicação de multas e juros.

**CLÁUSULA SEXTA** - No preço contratado estão previstos os tributos vigentes na data da assinatura do contrato. Havendo alteração de alíquotas, criação ou extinção de tributos, o valor contratado será alterado visando permanecer o equilíbrio financeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - DOS SERVIÇOS: Os serviços contratados deverão ser totalmente executados conforme consta no termo de referência, ETP e demais documentos que fazem parte do processo 44/2024; Durante a vigência do contrato, a contratada fica responsável pelas atividades técnicas contratadas devendo manter em seus quadros engenheiro responsável pela obra.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O recebimento dos serviços executados se dará na forma prevista no Art. 140, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

Elaborar os serviços e conclusão até o prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato.

Apresentar à CONTRATANTE, a Guia de Recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do Engenheiro Responsável pela execução dos serviços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura presente Contrato.

Fornecer na obra, todo o material necessário para a execução dos serviços conforme detalhado no Orçamento que fica fazendo parte integrante do presente Contrato e outros que se façam necessário para a conclusão dos serviços contratados.

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações técnicas a eles pertinentes. Todos os materiais, equipamentos e acessórios que compõem os serviços contratados, mesmo que vistoriados separadamente, só terão sua aceitação final quando da realização dos testes de todas as instalações e constatação do seu correto funcionamento, através da aceitação pela CONTRATANTE.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

O trabalho em altura decorrente dos serviços a serem realizados no telhado, será realizado por funcionários devidamente habilitados para sua execução.

Fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletivo, além dos equipamentos para trabalho em altura.

Fornecer na mão de obra, todas as ferramentas e máquinas necessárias para a realização dos serviços contratados.

Executar os serviços objeto do presente contrato, dentro dos padrões exigidos pela legislação em vigor, normas e em consonância com a CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Fornecer à CONTRATANTE até o prazo de 01 (um) dia antes da formalização e início do presente contrato, as Certidões negativas atualizadas, expedidas pela Justiça do Trabalho, Secretária da Receita Federal, Procuradoria Geral do Estado (débitos tributários da dívida ativa), Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Fazenda Municipal.

O pagamento do valor devido após a conclusão dos serviços realizados fica condicionado à apresentação a CONTRATANTE das Certidões atualizadas descritas acima, as quais deverão ser fornecidas juntamente com a apresentação da Nota Fiscal.

Conduzir e executar os serviços ora ajustados de acordo com as disposições deste Contrato e dos documentos que o integram e com estrita obediência da legislação em vigor.

Responder em caráter especial, indivisível, pela perfeição, qualidade e solidez dos serviços prestados por força deste contrato

A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade e perfeição técnica da obra e dos serviços executados, devendo refazer, às suas expensas, os serviços que se apresentarem mal executados tecnicamente, ou que não tenham obedecido às boas técnicas de execução, fato que será verificado e atestado por profissional da área designado para esta finalidade, pela CONTRATANTE

Entregar os serviços contratados em estrita conformidade com as disposições do presente Contrato e com os termos da proposta de preço (orçamento).

Reparar quaisquer danos ou prejuízos, ocasionados pela mesma ao local de execução dos serviços, bem como a terceiros, por sua culpa ou dolo, por vícios, imperfeições, defeitos e etc., durante toda a execução dos serviços objeto do Contrato.

Responsabilizar-se pela guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos a serem empregados, ou seja, o local de execução dos serviços ficará sob sua inteira responsabilidade até o recebimento definitivo.

Assumir todas as responsabilidades técnicas dos serviços pela sua execução, perante a CONTRATANTE, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e demais órgãos oficiais em que se fizer necessário, sendo que a presença da Fiscalização da



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

CONTRATANTE não diminui ou exclui essas responsabilidades.

Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção do objeto e do serviço contratado, em qualquer dia ou horário normal do expediente, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.

Prover o serviço ora contratado com pessoal adequado, capacitado e devidamente habilitado, nos termos da legislação específica, de modo a fornecer os serviços com a qualidade técnica que estes exigem e em estrito atendimento da normatização a eles pertinente.

Cumprir todos os requisitos de Higiene e Segurança do Trabalho estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, portanto ser a única responsável pela segurança de trabalho de seus operários, técnico e de terceiros.

A CONTRATADA deverá cumprir com todas as obrigações sociais e trabalhistas, vigentes, com o pessoal vinculado, direta ou indiretamente, aos serviços contratados, cabendo-lhe, outrossim o ônus com exclusividade e em última instância com o custeio de todos os pagamentos vinculados a tais obrigações.

Em caso de acidente de trabalho fica a contratada responsável por todo e qualquer indenização isentando a contratante de quaisquer obrigações.

Assumir integral e exclusiva responsabilidade por todos os danos causados à CONTRATANTE e a TERCEIROS, decorrentes da execução dos serviços contratados, causados direta ou indiretamente por seu pessoal, por seus prepostos ou por qualquer pessoa física ou jurídica, vinculada sob qualquer título à CONTRATADA, isentando a CONTRATANTE de todas e quaisquer reclamações pertinentes e assumir todas as reclamações, pretensões ou pleitos, que venham surgir em consequência dos serviços contratados.

A CONTRATADA deverá manter-se durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Efetuar o pagamento na forma prevista no presente Contrato, desde que cumpridos todos os requisitos necessários pela CONTRATADA.

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária, decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à CONTRATADA.

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.

Permanecer em constante contato com a CONTRATADA mantendo o cadastro de e-mails devidamente atualizado, com o objetivo de agilizar os entendimentos e facilitar as



comunicações decorrentes do presente ajuste.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATANTE designará comissão que exercerá o acompanhamento e a fiscalização do objeto e dos serviços contratados.

A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE, não excluindo e nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que, na sua ocorrência, não deverá implicar em corresponsabilidade da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES:** A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de inadimplência de suas obrigações contratuais, às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do contrato, em razão da inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos a que der causa;

A multa prevista nesta CLÁUSULA não tem caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas e da aplicação das demais penalidades;

As penalidades estabelecidas nesta cláusula não eximem a CONTRATADA das obrigações impostas pelas leis vigentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO:**

Este contrato será considerado rescindido de pleno direito, nas hipóteses na Lei Federal nº 14.133/2021, de, mediante caracterização formal de quaisquer das ocorrências abaixo:

- a) Inadimplência da CONTRATADA;
- b) Falência ou liquidação da CONTRATADA;

A CONTRATADA também será considerada inadimplente se ocorrerem os fatos abaixo discriminados, sem prejuízo de outras situações:

- a) Subcontratação, cessão ou doação, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à CONTRATANTE;

Se a rescisão ocorrer por inadimplência da CONTRATADA, proceder-se-á, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156, da Lei 14.133/2021, de acordo com o que segue:

- a) A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor relativo aos serviços executados até a data da rescisão, deduzindo-se o valor correspondente a eventuais multas e outros débitos da CONTRATADA.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente contrato constitui acordo integral entre as partes relativamente ao objeto, e não poderá ser alterado verbalmente, mas somente por instrumento escrito, assinado pelas partes.

Fica expressamente acordado que as partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações ulteriores, bem como as relações decorrentes do presente contrato se aplicarão soluções preconizadas na Legislação Brasileira que as regem e pelas cláusulas e condições deste contrato.

O contrato extinguir-se-á de pleno direito com a conclusão dos serviços contratados, após a liquidação de todas as obrigações das partes contratantes, quando darão mútua, plena, geral e irrevogável quitação dos direitos e obrigações contratuais, salvo o que, por disposição de Lei ou deste instrumento vigorarem além da data de seu encerramento, inclusive no que concerne a garantia dos serviços executados.

As obrigações da CONTRATADA constantes no presente instrumento são intransferíveis e irrevogáveis, obrigando seus sucessores, a qualquer título.

As partes elegem o foro da comarca São Miguel do Guaporé - RO, para dirimir quaisquer dúvidas e solucionar eventuais litígios ou ações oriundas deste contrato, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo assinam o presente instrumento em duas vias, ambas de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, sujeitando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessa esta que formulam na presença de duas testemunhas e com o ciente de um advogado, que assinam adiante.

Seringueiras-RO,

2024

**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N.84 580.224/0001-00  
MARIO CANCIAN  
CONTRATANTE

**CONTRATADA**  
CNPJ/MF \*\*\*\*\*

Testemunhas:

1: \_\_\_\_\_  
CPF N. \_\_\_\_\_



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**  
CNPJ N. 84.580.224/0001-00

2 \_\_\_\_\_  
CPF N.